



Palestra Internacional

DO ESTADO NEOLIBERAL AO ESTADO NEO-SOCIAL: PROBLEMATIZANDO AS NOVAS PRIORIDADES NA GOVERNAÇÃO GLOBAL DA AGENDA EDUCACIONAL

Rosanna Barros – UALG*

Resumo: Este texto sintético dá conta dos eixos principais que alicerçaram a reflexão partilhada na palestra internacional realizada por nós, no dia 25 de maio de 2022. Quer as perplexidades e interrogações quer os posicionamentos e apelos que foram tecidos por essa ocasião pública, só serão compreensíveis atendendo a que vivemos atualmente, por um lado, num contexto de multi-crisis extremas e coevas: crise económico-financeira, crise pandémico-sanitária, crise bélico-nuclear, crise de atrocidades por crimes de guerra, crise climático-ecológica, numa listagem que poderia ainda continuar com a enumeração de crises diversas, com foco determinístico, cuja derivação sufixal é usualmente sintetizada em variadíssimos ‘ismos’ (autoritarismo, xenofobismo, racismo, homofobismo, idadismo, etc.); e por outro lado, num enquadramento político de transição entre um Estado Neoliberal e um Estado Neo-social. Face ao exposto sustentámos que, apenas se assentarmos o olhar analítico no que gostaríamos de designar como um ‘neo-realismo científico-social holístico e global’ é que, qualquer prioridade político-socioeducacional nas agendas públicas estatais, e das instâncias intergovernamentais, poderá ser devidamente problematizada e avaliada à luz da complexa ‘gramática do tempo’ corrente.

Palavras-chave: Estado Neoliberal e Neo-social. Educação Crítica e Análise social. Justiça Socioecológica. Política, práxis e combate.

Notas sobre a atualidade política: entre o Estado Neoliberal e o Estado Neo-social

As políticas socioeducativas, enquanto integrantes de uma agenda educacional pública, implicam, desde sempre, o envolvimento de distintos atores que se relacionam entre si segundo diversas dinâmicas de poder. Embora assumindo especificidades que se têm alterado ao longo do tempo, o Estado tem sido um dos atores fundamentais neste palco, onde se definem as prioridades das políticas públicas.

Por esse motivo, as atuais dinâmicas de mudança social e os processos de transição político-societal em curso, necessitam ser equacionados tendo em conta a época de intensificação dos efeitos da globalização neoliberal, que caracterizou o último quartil do século passado, e a conjuntura multi-crise, que vem caracterizando o início deste século, especialmente quando o objeto de análise e discussão é, como acontece neste terceiro Colóquio Internacional, o conjunto das ‘políticas e a gestão da educação’, com o foco no

* Doutorada em Educação. Membro do CEAD - Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária da Universidade do Algarve; e Membro do CIEd - Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho.



‘planeamento educacional’, e respetiva implementação de programas de política educativa sectorial, que respondam aos desafios atuais e vindouros.

Sendo um ator central, o Estado, e o seu respetivo aparelho, vem sendo disputado nos últimos duzentos anos por elites que oferecem respostas distintas à seguinte indagação fundamental: qual deve ser o papel do Estado? Assim, fruto de disputas ideológicas que configuram modos distintos de organizar quer a vida em sociedade quer o próprio mercado, inscritas nas possibilidades diacrónicas e sincrónicas de cada conjuntura, o Estado tem sofrido diversas metamorfoses (BARROS, 2012a). Interessa-nos, aqui, evidenciar que o Estado neoliberal com que o *fin-de-siècle* se efetivou está já, claramente, em processo de reestruturação para um modelo distinto, que alguns autores vêm designando de Estado Neo-social (SILVA, 2009).

Sem surpresas para o analista social, a época atual, como qualquer época de acentuada transição societal, é de leitura complexa, oscilando palimpsesticamente entre estruturas anteriores e inovações que se erguem de acordo com lutas que envolvem poder e meios de realização de consensos e alianças, usualmente estabelecidas nos bastidores do espaço público estatal.

Uma característica do contexto hodierno, nesta matéria, é que o Estado de tipo ocidental que herdamos, fruto da reestruturação neoliberal do Estado Keynesiano, apresenta configurações regulatórias crescentemente policêntricas (BARROSO, 2006) e é operado por atores que se organizam em redes (MILANA; TRONCA & KLATT, 2019), originando, assim, fluxos, que por serem de baixa cristalização (BAUMAN, 2011) obrigam a uma análise reforçada, que alguns cientistas sociais designam como rastreamento, por implicar um trabalho de seguir as pistas deixadas *ex post facto* no discurso público global, de cariz hipermediatizado, pelos grupos com influência e acesso efetivo à decisão política (JONES, 2011).

Notas sobre os desafios da análise política: por um ‘neo-realismo científico-social holístico e global’

Assim sendo, no que concerne, por exemplo, ao papel do Estado em relação às crises económico-financeiras mais marcantes da contemporaneidade, observa-se que se a regulação do mercado sobressaiu como uma das funções principais atribuídas ao Estado keynesiano, entre a crise financeira da década de trinta e a crise da estagflação da década de setenta do século vinte, já entre esta e a crise de 2008, conhecida como a crise do *subprime*, o que se observa é o contributo ativo do Estado para a desregulação do mercado. Esta constatação coloca em evidência, no cenário sociopolítico, aspetos relacionados com a ‘gramática do tempo’ (SOUSA SANTOS, 2006) e, por conseguinte, alertam, no nosso entender, para a importância de se analisar, seguindo parâmetros adeptos da desmitificação



da consciência, as justificações político-ideológicas hegemônicas, inerentes à escolha das teorias, sobretudo econômicas, que têm servido de base transversal à ação do(s) governo(s) nas democracias representativas ocidentais.

Neste ponto o essencial é perspetivar, de modo holístico e global, a condição complexa, e de transformações profundas, em que assenta o papel do Estado na época presente, que assistiu à reconquista radical de privilégios da alta-elite. Com efeito, esta sobreclasse social (ESTANQUE, 2005) tem vindo a constituir-se enquanto grupo de oligarcas de crescente influência geopolítica, que pela exitosa diminuição da carga fiscal sobre os seus altos rendimentos alcançou novos patamares para a capacidade de concentração de riqueza e de controle da produção científica do conhecimento poderoso (YOUNG & MULLER, 2013) da época atual, e que está assente na inteligência artificial, na nanotecnologia e nas tecnologias de informação e comunicação, deixando claro, para o analista político neo-realista, o poder colossal concentrado em *Silicon Valey* ou *Silicon Wadi*.

Problematizando recentes Prioridades na Governação Global

Se a crise pandémica evidenciou a geometria do poder global na época presente, veio também mostrar, em moldes novos, que o Estado é imprescindível para estabelecer patamares continuados de solidariedade social, e que o seu papel regulador não pode ser prioritariamente técnico, para garantia de estabilidade macroeconómica, mas sim político, para garantia de condições de cidadania e justiça social, voltando a ser fundamental e prioritário atender à sua legitimidade democrática.

Ou seja, presentemente abriram-se singulares janelas de observação sociológica, com vistas para o modelo hegemónico e vigente de organização global da vida coletiva, e os respetivos modos de governação do 'espaço público', considerando-se aqui a sua componente física e territorial, que requer domínio técnico, mas, especialmente, a sua componente simbólica de suporte à construção imaterial de bens comuns, e que requer domínio político-filosófico.

As novas paisagens visíveis nos períodos de confinamento, facilitaram, portanto, o exercício coletivo de pensar os propósitos e prioridades da regulação pública, pelo que, desde o prisma em que nos situamos, está atualmente facilitada a tarefa de desenvolver uma educação sociocomunitária para fomentar a problematização dos supostos sucessos alcançados, especialmente no ocidente europeu, no âmbito da reforma do Estado social, que assentou na desregulação das economias nacionais através da minimização do intervencionismo direto ou indireto do Estado nacional nessas economias (VON MISES, 2009; FRIEDMAN, 2019), bem como na subordinação, crescente após a crise do *subprime*,



dos Estados nacionais à disciplina financeira neoliberal levada a cabo por diversas Organizações Internacionais.

Ora, o lastro de radicalização da polarização social deixado por estas opções, inerentes à nova fórmula produtiva hegemônica e global do final do século XX, inaugurou, assim, para a época presente, um leque de modos de regulação com diacríticas sociopolíticas favoráveis a um recuo da democracia e à emergência de uma nova conflitualidade exacerbada, que vivenciamos hoje, sob a forma de multi-crisis extremas e coevas, e que evidenciam a necessidade, quanto a nós também radical, de inverter a marcha que quebrou o laço cívico, com a consciência que a perda de solidariedade nos afeta a todos.

Notas sobre possibilidades na Governança Global da Agenda Educacional - Rumo a um novo Contrato Social?

Tal como o Estado, a atual ‘ordem educacional’, tecnicizada desde a Agenda de Lisboa pelo paradigma da ‘aprendizagem ao longo da vida’, que priorizou competências instrumentais à demanda econômica (BARROS, 2012b), necessitará de repolitizar-se (BARROS, 2010; 2013). Isto pressupõe uma vontade de ação, em prol da transformação socioeducacional, para mobilizar a capacidade de re-organização da própria comunidade educativa. Ora, um meio eficaz de o fazer, passa pela revalorização do *fórum*, para alargar as bases coletivas do pensamento reflexivo e problematizador, enquanto ingredientes de uma educação permanente e transformadora (BARROS, 2011).

Com efeito, é essa a mensagem esperançosa que, na nossa interpretação, emana do trabalho da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, nomeada pela UNESCO, que acabou de publicar o seu relatório *Re-imaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação*. Neste contexto, as ‘políticas e gestão da educação’, em debate neste colóquio, terão de estar alinhadas com a referida vontade de ação para transformar, o que significa encarar de frente os vários problemas resultantes da anterior prevalência de um estilo elitista de gestão pública, assente no poder de decisão de uma sobreclasse, digitalmente competente, em que abundaram tecnocratas eficazes e eficientes a desenvolver atividades de governação com recurso a coordenação aberta ou redes, bem como analistas especializados capazes de retirar o maior partido tanto dos grandes projetos estatísticos internacionais (como os periodicamente promovidos pela OCDE e o BM) como dos grandes volumes de dados, em prol de prioridades afetas ao rendimento e produtividade no contexto de uma economia 4.0 e proficuamente financeirizada (BARROS, 2021).

Assim sendo, trata-se de reinscrever a ‘educação como um todo’, num intertexto sociopolítico e histórico-filosófico maior, que abarque os “futuros entrelaçados da humanidade e do nosso planeta” (UNESCO, 2022, p. 11). Ou seja, urge reinscrever a



‘educação como um todo’ para mobilizar pressupostos humanistas que permitam ‘requalificar a agenda educacional’ com prioridades qualitativas e sociocríticas, em detrimento das quantitativas ou métricas (BARROS, 2020), com a ambição de redesenhar as políticas educacionais como um direito social, para ser democraticamente negociado com representantes de atores educacionais, e não do mercado, nos *fora* públicos do novo Estado Neo-Social.

Estarmos coletivamente cientes do papel crucial que advém da maneira como organizamos os sistemas públicos de ensino, e a oferta de educação não formal, resulta na possibilidade de reivindicar um exercício de governação global da agenda educacional comprometido com valores holísticos de solidariedade e de justiça socioecológica (BARROS, 2016). Porém, para tal, torna-se imprescindível revalorizar os profissionais da educação, em todos os níveis do sistema educativo e nas várias geografias do sistema mundial, com a consciência da importância de conectar o Sul global ao Norte global na mesma *práxis* de combate aos obstáculos à promoção de uma educação emancipadora “para formar futuros pacíficos, justos e sustentáveis” (UNESCO, 2022, p. 5), inaugurando um novo contrato social e uma nova época que abrace o imperativo político da cidadania social para o século XXI.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/05739/2020.

Este trabalho foi financiado pelo CIEd - Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

Referências

BARROS, R. As Dissidências Responsáveis e o Combate à Pobreza e à Exclusão: o Papel da Educação Crítica na Promoção da Equidade Social. *Anais do II Colóquios de Política e Gestão da Educação da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba*, n.2, p. xix-xxv. Sorocaba: Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/988/1198>. Acessado em: 20 jan.2022.

BARROS, R. The Role of Transnational Bodies in Lifelong Learning and the Politics of Measurement - The promise and pitfalls of outcomes-based assessment into Recognition of Prior Learning System in Portugal. In Fergal Finnegan, & Bernie Grummell (Eds), *Power and Possibility: Adult Education in a Diverse and Complex World* (pp. 53-63). Leiden/Boston: Brill-Sense Publishers, 2020. Disponível em: <https://brill.com/view/title/56049>. Acessado em: 20 jan.2022.

BARROS, R. Refletir com (im)pertinência intervir com ousadia: por uma educação transformadora. In: GARRIDO, N.C.; SILVA, O.M.; LIMA, P.G.; EVANGELISTA, F. (Eds.). *A Educação de Jovens e Adultos para além dos Muros da Escola: perspectiva da Educação Social* (pp. 253-276). Brasil: Editora Expressão & Arte, 2016.



BARROS, R. Sobre a redução do político ao técnico no campo da educação de adultos. *Boletim Informativo da Associação Promotora da Educação Social (APES) - A Educação Social em Portugal*, nº 3 fevereiro, p. 21-23, 2013.

BARROS, R. *Subsídios Breves para o Debate de Princípios e Valores na Formação Política do(a) Educador(a) Social*. Lisboa: Chiado Editora, 2012a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/14098>. Acessado em: 20 jan.2022.

BARROS, R. From Lifelong Education to Lifelong Learning: Discussion of some effects of today's neoliberal policies. *RELA - European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, Vol. 3, No.2, p. 119-134, 2012b. Disponível em: <http://www.rela.ep.liu.se/article.asp?DOI=10.3384/rela.2000-7426.rela0071>. Acessado em: 20 jan.2022.

BARROS, R. A Educação Permanente como fonte para Repolitizar o Debate Público sobre Educação e Formação de Adultos. *Revista A Página da Educação*, Primavera 2011, Série II, nº 192, p. 110-111, 2011. <http://www.apagina.pt/Digital/APagina192.pdf>. Acessado em: 20 jan.2022.

BARROS, R. Investigar e Agir para Desafiar o Carácter Instrumental da «Nova EFA» - Pistas para Reanimar a Educação de Adultos como Pedagogia de Oposição. *Revista Aprender ao Longo da Vida*, 12, p. 46-49, 2010.

BARROSO, J. (Org.). *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, Dinâmicas e Atores*. Lisboa: Educa, 2006.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2011.

ESTANQUE, E. Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais. *Oficina do CES*, 238, p. 1-20, 2005.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. Coimbra: Atual Editora/Almedina, 2019.

JONES, H. *A Guide to Monitoring and Evaluating Policy Influence - Background Note*. London: Overseas Development Institute, 2011.

MILANA, M., TRONCA, L., & KLATT, G. European Governance in Adult Education: On the comparative advantage of joining working groups and networks. *RELA - European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 11(2), p. 235–261, 2019.

SILVA, F. Metamorfoses do Estado: Portugal e a Emergência do Estado Neo-social. In Carmo, R. & Rodrigues, J. (coord.). *Onde para o Estado? – políticas públicas em tempos de crise* (pp. 19-52). Lisboa: Edições Nelson de Matos.

SOUSA SANTOS, B. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

UNESCO, *Reimaginar Nossos Futuros Juntos — Um Novo Contrato Social Para a Educação - Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação*. Brasília. Representação da UNESCO no Brasil, 2022.

VON MISES, L. *As Seis Lições*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009.

YOUNG, M. F. D. & MULLER, J. On the powers of powerful knowledge. *Review of Education*, v. 1, n. 3, p. 229-250, October 2013.

